



O Lugar do Turismo nas Políticas Culturais: o caso do Boulevard Olímpico

Débora Anízio Rios¹

Maria Amália Silva Alves de Oliveira²

Resumo: O termo cultura assume sentidos diversos na contemporaneidade. Tal polissemia evidencia valores distintos a ele atribuídos e revelam disputas onde processos de apropriações caracterizam-se como processos políticos e econômicos. O campo das políticas culturais exemplifica a afirmativa, especialmente quando analisamos processos onde a atividade turística é inserida. Na cidade do Rio de Janeiro, as intervenções operadas pelo projeto Porto Maravilha na Zona Portuária, demonstram essa relação, pois neste projeto urbanístico, as intervenções nos espaços públicos e em locais edificados foram justificadas com base em um discurso pautado no resgate de uma memória onde a cultura se apresenta através da requalificação de bens culturais com vistas a sua inserção na lógica do capital por meio da atividade turística. Como resultado nasce o Boulevard Olímpico, novo cartão postal da cidade do Rio de Janeiro. Visando elucidar essa relação e o lugar do turismo nas políticas culturais atreladas a projetos de requalificação urbana, é apresentado nesse trabalho a trajetória do conceito de políticas culturais, a inserção do turismo nas políticas de proteção ao patrimônio e a transformação de um espaço estigmatizado, a antiga Zona Portuária da Cidade no Boulevard Olímpico. Por meio de pesquisa bibliográfica e com o auxílio do referencial metodológico oriundo da Antropologia, estão elucidados aspectos que contribuem para a reflexão acerca dos valores que permeiam as políticas culturais, e como o turismo é utilizado em uma agenda pública e política nestes processos.

Palavras-chave: Políticas Culturais; Turismo; Boulevard Olímpico.

The Place of Tourism in Cultural Policies: the Olympic Boulevard case

Abstract: The term culture assumes different meanings in the contemporaneity. Such polysemy shows distinct values attributed to it and reveal disputes where appropriation processes are characterized as political and economic processes. The field of cultural policies exemplifies the affirmative, especially when we analyze processes where the tourist activity is inserted. In the city of Rio de Janeiro, the interventions carried out by the Porto Maravilha project in the Port Zone demonstrate this relationship, because in this urban project, interventions in public spaces and in built-up areas were justified based on a discourse based on the rescue of a memory where the culture presents itself through the requalification of cultural goods with a view to their insertion in the logic of capital through the tourist activity. As a result, the Olympic Boulevard, the new postcard of the city of Rio de Janeiro, is born. Aiming to elucidate this relationship and the place of tourism in cultural policies linked to urban requalification projects, this paper presents the trajectory of the concept of cultural policies, the insertion of tourism into policies for the protection of heritage and the transformation of a stigmatized space, old Port Zone of the City on the Olympic Boulevard. Through bibliographical research and with the help of the methodological framework from Anthropology, aspects

1 Graduada em Turismo (Universidade Veiga de Almeida-UVA), Especialista em Sociologia, Política e Cultura (PUC/RJ), MBA em Turismo, Economia, Gestão e Cultura (UFRJ), Mestranda em Memória Social (UNIRIO). E-mail: deboraa.rios@yahoo.com.br Bolsista CAPES.

2 Graduada em Turismo (Universidade Estácio de Sá-UNESA), Graduada em Ciências Sociais (UFRJ), Doutora e Mestre em Antropologia (IFCS/UFRJ). Professora da UNIRIO, Programa de Pós Graduação em Ecoturismo e Conservação. FAPERJ/CNPq.

that contribute to the reflection about the values that permeate cultural policies are elucidated, and how tourism is used in a public and political agenda in these processes.

Keywords: Cultural Policies; Tourism; Olympic Boulevard.

Introdução

A cultura como peça-chave para as transformações urbanas das cidades tem sido utilizada como discurso para difusão de novos imaginários sociais contemporâneos, consolidado por intervenções de diversos aspectos. Neste trabalho examinaremos como o turismo se insere em políticas culturais associadas a projetos urbanísticos na cidade do Rio de Janeiro, pois, além de seu aspecto econômico, corrobora na difusão de identidades e valores, bem como insere os locais em que se manifesta, em um panorama de mercado competitivo global.

Analisando as políticas públicas de intervenção urbana na Zona Portuária da referida Cidade através do projeto denominado Porto Maravilha, nota-se que lugares até então menosprezados, foram integrados à dinâmica da Cidade por meio de discursos envolvendo a cultura local e sua preservação, inclusão e desenvolvimento. O resultado da operação, que deu fruto ao espaço que hoje é reconhecido como Boulevard Olímpico, coloca-se como tema fértil para a discussão acerca da relação entre turismo e políticas culturais, visto que cada vez mais se observa a inserção do turismo em políticas voltadas para a cultura.

Assim sendo, no presente trabalho esta relação foi analisada a partir do caso do Projeto Urbanístico Porto Maravilha. Iniciamos com a retomada da trajetória do conceito de políticas culturais, em seguida, no intuito de entender como o turismo é utilizado nesses processos, apresentamos o contexto em que a atividade turística foi percebida enquanto fator gerador de riqueza econômica capaz de promover o desenvolvimento e proteger o patrimônio. A fim de demonstrar que a partir da visão do turismo como elemento de salvaguarda do patrimônio atrelou-se posteriormente sua associação a políticas culturais, foi utilizado o caso da resignificação da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, onde os megaeventos justificaram a proposta de intervenção no espaço urbano e favoreceram a divulgação de uma narrativa que buscou apresentar uma nova “Cidade Maravilhosa”.

Cabe destacar que o presente trabalho é resultado de um projeto de pesquisa relativo ao processo que declarou o Cais do Valongo (RJ) como patrimônio da humanidade e também de uma pesquisa em nível de mestrado sobre o Porto Maravilha. Neste sentido, a metodologia que norteou todo o trabalho de pesquisa pautou-se, além da revisão bibliográfica que em parte está referenciada neste artigo, no referencial teórico da Antropologia e da Memória Social, que aqui se manifesta enquanto “pesquisa de gabinete” e pesquisa de campo.

Em Antropologia denomina-se “pesquisa de gabinete” um conjunto de técnicas que envolvem a coleta de dados oriundos de distintas formas de documentos, e no âmbito deste método, utilizou-se a coleta e análise de matérias jornalísticas produzidas e veiculadas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa gestora na operação de engenharia

urbana consorciada ao Projeto Porto Maravilha; análise das notícias vinculadas no site organizacional do projeto anteriormente citado; pesquisa sobre conteúdo presente no site de divulgação turística oficial da cidade, o Visit.rio; vídeos publicitários sobre a Cidade do Rio de Janeiro veiculados no período que antecedeu aos jogos olímpicos. A pesquisa de gabinete objetivou verificar configurações discursivas que veiculam atos, significados e concepções presentes no contexto estudado. Já a pesquisa de campo incidiu sobre três visitas a Região do Cais do Valongo, realizadas nos meses de fevereiro, março e abril de 2018.

Políticas culturais em perspectiva histórica

O conceito de políticas culturais insere-se em um campo de investigação que já possui um lastro de estudos e análises que o legitima enquanto campo consolidado. Entretanto, como este conceito envolve termos cujos sentidos são amplos e fortemente difundidos no senso comum, optou-se por iniciar este artigo com a retomada do percurso histórico da construção do referido conceito, pois os contextos culturais em que este foi sendo forjado colaboram para o entendimento do que hoje é tratado como política cultural.

Lima, Ortellado e Souza (2013) destacam que ao longo do tempo, distintos autores, ao refletirem sobre o tema políticas culturais, o fizeram tendo por base duas abordagens apresentadas sob o viés das ideologias estatais ou sob a ótica das políticas públicas voltadas para objetivos culturais específicos. Tais abordagens efetivamente privilegiam aspectos diferentes do objeto, tendo em vista que a primeira citada evidencia a dimensão política e a segunda, a dimensão de política pública.

Na retomada dessa trajetória, observa-se que os Estados Nacionais produziram concepções variadas de cultura em diferentes períodos históricos. Contudo, a construção da categoria “política cultural” é paralela ao surgimento das ações a ela associadas no período pós Segunda Guerra Mundial, quando em 1967, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) produziu a primeira definição de política cultural. O ano de 1967 marca o início de uma forma de atuação do referido organismo internacional no que tange ao protagonismo na promoção de políticas culturais ao redor do mundo, sendo esse, pautado em um conjunto de ações que objetivavam atribuir à política cultural um significado e difundi-lo por meio de estudos, reuniões e conferências regionais durante as décadas de 1970 e 1980. Nesse esforço, o trabalho da UNESCO contribuiu para propagar uma noção de política cultural que orienta os contornos da forma de fazer e pensar ações públicas relacionadas à cultura em diferentes lugares.

Rubim (2009) analisa a inserção do tema políticas culturais na agenda pública internacional e, ao demonstrar a concentração de iniciativas continuadas da UNESCO no campo da cultura, destaca o investimento nesse, através de debates, formação de pessoal e agendamento de temas que tiveram importância no cenário político e cultural mundial. O autor enfatiza que o volume de iniciativas, concentradas entre 1970 e 1982, denota a prioridade com que o tema foi tratado naquela conjuntura social e chama atenção para o fato desse processo ser desenvolvido justamente no período em que a França, agitada por mudanças, buscava um novo modelo de políticas culturais.

Uma breve revisão das conferências realizadas pela UNESCO revelam os temas que foram introduzidos na agenda de diretrizes que deveriam pautar a elaboração e condução da política cultural dos países membros. Assim sendo, na Conferência Regional da Europa, ocorrida em 1972, o destaque foi

para o debate acerca da democratização da cultura. Em 1975, na Conferência Regional da África (1975), ganhou centralidade a questão da identidade cultural, que foi também a ênfase da conferência realizada em 1978 no âmbito da América Latina e Caribe. No ano de 1982, a Conferência Mundial que ocorreu na Cidade do México debateu sobre identidade cultural, atrelando-se a discussão sobre patrimônio em seus desdobramentos relacionados à impulsão do desenvolvimento e afirmação cultural, resultante da concepção ampla de cultura. Na Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento, realizada em 1998, iluminou-se a relação entre as políticas culturais, integralidade e transversalidade da cultura; a política cultural e o patrimônio imaterial e; a política cultural e o desenvolvimento sustentável.

A realização de tais eventos, conforme aponta Rubim (2009), buscaram “impulsionar a atuação dos estados na atividade cultural e a participação ativa da população na cultura, enfatizando o ser humano como princípio e fim do desenvolvimento” (RUBIM, 2009, p. 99). Ao recuperar a trajetória do contexto histórico cultural que forjou a noção de política cultural, atrelando este às ações da UNESCO, observa-se o papel primordial desse organismo nas concepções e entendimentos acerca do conceito.

Lima, Ortellado e Souza definem essa trajetória de debates sobre as políticas culturais modernas como um processo que veio se consolidando,

[...] no plano teórico, uma distinção entre dois tipos de políticas: as políticas de democratização da cultura e as políticas de democracia cultural. As primeiras buscavam ampliar o acesso às atividades e aos produtos da cultura da elite, com o objetivo de democratizá-lo. O segundo tipo, então predominantemente “teórico”, buscava, a partir de uma concepção “socioantropológica” de cultura, valorizar e apoiar também as práticas culturais populares (em oposição a apenas as da alta cultura e as da cultura de massa promovida pelos meios de comunicação) (2013, p. 2).

Os autores citados defendem que uma outra modalidade de política cultural foi colocada em prática antes do surgimento daquela trazida pela perspectiva da UNESCO. Tratam-se de ações sistemáticas de distintos Estados no que tange às políticas de identidade e patrimônio e às políticas de intervenção e regulação econômica. Nesta perspectiva de análise, a definição de política cultural recai sobre aquele padrão que estabelece tal política como a ação sistemática do Estado no campo da cultura.

Nesse contexto, ganham destaque as políticas de identidade e patrimônio, as quais, em perspectiva cronológica, aparecem anteriormente às políticas instituídas pela UNESCO, que incidem sobre a produção e difusão cultural. As políticas de identidade e de patrimônio remontam esforços de consolidação dos estados modernos, por meio da construção da identidade nacional e da preservação do seu patrimônio cultural. Para Choay (2001), a conotação atual de patrimônio está entrelaçada aos atributos acoplados ao conceito de monumento histórico forjado durante a Revolução Francesa. Para a autora, os documentos que justificavam a nacionalização dos bens do clero e da realeza alegam que estes são “patrimônio e herança de todos”. Nesse sentido, emerge um processo que passou a denominar “patrimônio” ao monumento que foi declarado como um bem de todos.

Gonçalves (2003) aborda patrimônio enquanto categoria de pensamento e destaca seu caráter polissêmico, envolvendo vários sentidos que assumem três dimensões, no mundo moderno: categoria jurídica, política pública e instrumento de comunicação social. Na mesma obra, Gonçalves também argumenta que o conceito moderno de patrimônio está ligado à existência do Estado Nacional, enfatizando que esta relação não seria aparente, justamente por abranger o uso em uma variedade de discursos, tais

como patrimônio econômico, financeiro, familiar, cultural, arquitetônico, ecológico, etc. que acabaram por naturalizá-lo.

O autor anteriormente citado em trabalho do ano de 2002 esclarece que o patrimônio é constituído narrativamente como alegoria, isto é, constituído para representar uma coisa cujo sentido era significar outra, e exemplifica sua afirmativa abordando a questão da nação cuja constituição se efetivou através do processo de perda, pois a identidade nacional estava sendo construída em meio ao processo de desaparecimento. A nação vista como objetivada, autorizava o tratamento e a preservação do patrimônio. O patrimônio instituído era ao mesmo tempo produto e produção desta objetivação cultural. A nação enquanto entidade naturalizada, única, servia de referência aos repositórios de significados que seriam utilizados na constituição do patrimônio. Nesse sentido foi possível pensar a proteção do patrimônio como proteção da nação.

Relacionando os argumentos de Choay (2001) e Gonçalves (2002; 2003), com a discussão sobre políticas culturais enquanto ações promovidas pelos Estados Nacionais, no que tange a criação de instituições voltadas à preservação do patrimônio histórico e à construção da memória nacional, a exemplo de museus, arquivos nacionais e órgãos de preservação, conclui-se que este tipo de política atua no sentido da invenção e institucionalização de tradições que visam a estabelecer a coesão social de determinada comunidade (HOBBSAWM; RANGER, 2007). Nessa linha de raciocínio, as políticas de identidade e patrimônio são anteriores a outras modalidades de política cultural, pois estão sendo percebidas como estratégias adotadas como parte da própria construção dos Estados modernos e inserem-se na definição de política cultural enquanto “ação sistemática do Estado no campo da cultura”.

Com a consolidação dos Estados Nacionais e o estímulo à instituição de políticas específicas voltadas para o fomento da cultura promovido pela UNESCO, percebe-se que distintas pautas foram veiculadas e agregadas às diretrizes da formulação de tal política. Tais pautas envolvem discursos e narrativas que buscam justificar como a cultura deve ser interpretada e vivenciada. Entre os discursos que ganharam relevância nos debates que entrelaçam políticas culturais como instrumento de proteção do patrimônio está aquele sobre o turismo. Assim sendo, com o intuito de demonstrar como a atividade turística foi introduzida no âmbito da política cultural, recuperamos a trajetória da política brasileira de proteção ao patrimônio cultural para então apresentar como cultura e turismo foram entrelaçados tanto no contexto discursivo quanto econômico desses processos.

Entrelaçando cultura patrimônio e turismo

Da política de proteção ao patrimônio às políticas culturais

Autores como Gonçalves (2002) e Pinheiro (2006) buscaram traçar uma cronologia que contempla a relação entre o contexto histórico e a consolidação das primeiras políticas de proteção ao patrimônio nacional brasileiro. Em ambas as análises são observadas fortes influências dos intelectuais do período, bem como a sujeição dos objetos selecionados à necessidade de criação de meios de afirmação de ideais identitários e uniformizadores da nação, ou seja, de uma política pública de patrimonialização voltada para um fim político.

Esta afirmação é confirmada por meio das intervenções realizadas, por exemplo, na busca por referências da história nacional em eventos históricos, como a Inconfidência Mineira, ocorrida em 1789, em Ouro Preto³; ou mesmo as intervenções urbanas no início do século XX, que marcada por uma abertura à cultura europeia em suas duas primeiras décadas, consolidou o período conhecido como a Belle Époque⁴.

No entanto, a partir da década de 1930, nota-se o início de uma transformação do discurso eurocêntrico, responsável pela difusão de um ecletismo, representado por equipamentos culturais como a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal, para uma narrativa mais direcionada aos aspectos arquitetônicos brasileiros considerados autênticos, como o barroco; contudo, essa mudança de perspectiva ocorre, principalmente, por consequência do contrabando de obras de arte, fato que, segundo Pinheiro (2006), alcançou grande repercussão na mídia, colaborando para difusão da relevância destes bens para a história nacional e assim, se inicia a atribuição de um valor simbólico ao barroco, valor este, inicialmente concebido por ser objeto de desejo do “outro”.

Este período caracterizou-se também pelo que Gonçalves (2002) chamou de uma “retórica da perda”, que acompanha frequentemente as narrativas referentes à preservação do patrimônio. Apesar das primeiras legislações do período serem direcionadas ao patrimônio privado, vemos a cidade de Ouro Preto sendo declarada monumento nacional no ano de 1933 e, no ano seguinte, é foi criada pelo governo federal a Inspeção dos Monumentos Nacionais. Para mais, começa a constar como dever do Estado, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país a ser promulgado em sua Constituição Federal.

No ano de 1935, é criado o Departamento Municipal de Cultural de São Paulo, atrelado à figura de Mário de Andrade, que promove ações voltadas ao inventário do patrimônio e bens culturais da cidade. A instituição almejava a criação de um órgão específico para cuidar de tais questões e, em 1936, é criada, provisoriamente, a SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, se propondo a ser o órgão oficial para tal fim, atrelado ao Ministério da Educação e Saúde do Governo Federal, pasta assumida por Gustavo Capanema em 1934.

O projeto de criação da SPHAN é de autoria de Mario de Andrade, cujo auxílio na formulação foi requerido pelo então ministro Gustavo Capanema. Instituído em 1937, a SPHAN abrigou em seu escopo de atribuições, inúmeras incumbências no âmbito da administração da cultura, abrangendo a defesa das obras de arte patrimoniais, monumentos, paisagens, folclore e as práticas de tombamento. Nessa linha de atuação, a política cultural, em âmbito federal, manifestava-se através de iniciativas de tombamento oficial priorizando objetos e edificações remanescentes do Brasil colonial, em contraponto à crescente urbanização pelo qual o país passava. Calabre (2009) destaca que as questões culturais adquiriram importância no campo de planejamento do Estado, onde figuravam nas áreas vinculadas ao desenvolvimento.

Pelo exposto, observa-se que as primeiras experiências institucionalizadas em termos de políticas culturais no Brasil se deram a partir de 1930. Atrélada à figura de Getúlio Vargas, as experiências marcaram um dos momentos mais nacionalistas vividos no Brasil. Por essa razão, o patrimônio possuía função imediata de comunicar ideologias contempladas pelo Estado Novo, com a intenção de ligar a nação em

3 Pinheiro irá afirmar que “[...] as primeiras atitudes de afirmação de uma identidade nacional costumam ser identificadas com os movimentos em busca de autonomia política” (PINHEIRO, 2006, p. 4).

4 Velloso (1988).

uma sólida e única identidade cultural (PINHEIRO, 2006). O patrimônio era visto como meio de educar a população, a partir de uma narrativa na qual atendiam situações de perda (GONÇALVES, 2002). Não por acaso esse momento inicial do órgão é conhecido como a “fase heroica” do SPHAN, sendo que “[...] seu impacto sobre a ‘cultura do patrimônio’ que foi pouco a pouco se instaurando alcançou longevidade bem maior, sendo ainda identificável hoje” (PINHEIRO, 2006, p. 12).

Esta etapa da política brasileira de proteção do patrimônio destaca-se pela centralidade do poder público na produção da política cultural e revela uma concepção de cultura que se baseia em uma perspectiva protecionista, expressa na preocupação com os conjuntos arquitetônicos e artísticos, objetivando fortalecer uma memória e a identidade nacional. A noção de cultura permeada por esta visão permaneceu pelas décadas seguintes, não sem envolver disputas e conflitos, fato que denota o dinamismo que o termo assume e que é objeto de vários campos de estudos.

De acordo com Pinto (2010), a Constituição de 1988 foi o marco regulatório do comportamento do Estado para com uma nova concepção de cultura. Na referida Constituição, os direitos culturais foram elevados à condição de direito fundamental e ficou definido que o Estado garantirá a todos o pleno exercício de tais direitos, além do acesso às fontes da cultura nacional. Somam-se a esses pontos a obrigação em apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais, assegurando, ainda, a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e daquelas de outros grupos participantes do processo histórico-cultural nacional. Nesse contexto, a cultura é reconhecida em sua natureza material e imaterial e, esse conjunto de percepções, alocado sob o dever do Estado, passa a ser um norteador para políticas culturais no país.

A Constituição de 1988 evidencia e estipula leis para a garantia de uma concepção de cultura distinta daquela que a restringia ao patrimônio arquitetônico e a associava à educação; entretanto, para que essa concepção fosse entendida como a que representa o povo brasileiro, um longo percurso foi trilhado anteriormente. O setor da cultura começou a se estruturar no período do retorno da democracia (pelo Decreto 91.144 de 15 de março de 1985), com a implantação de um Ministério específico, conquistado pelos artistas, intelectuais, governos de oposição. Antes, esse setor esteve inscrito no Ministério de Educação e Saúde (1930) até passar a compor o novo Ministério de Educação e Cultura (1953), contando com mais 32 anos para a autonomia e independência da cultura em um ministério específico. Por meio da Lei 8.028 de 12 de abril de 1990, retrocedeu e foi transformada em Secretaria da Cultura vinculada diretamente à Presidência da República, e pouco mais de dois anos depois a situação foi revertida pela Lei 8.490, de 19 de novembro de 1992.

A Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada na Lei 9.649, de 27 de maio de 1998, promoveu transformações no Ministério da Cultura em 1999, ampliando recursos e reorganizando sua estrutura. Por meio do Decreto 4.805, de 12 de agosto de 2003, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aprovou a reestruturação do Ministério da Cultura.

Segundo Silva e Dutra (2012), no Brasil, a quase ausência do Estado caracterizou as políticas públicas de cultura no período da redemocratização. Deste, o governo Fernando Henrique Cardoso herdou e deu continuidade, ao modelo das Leis de Incentivo (LI), em que as organizações privadas detêm o direito de decidir como serão utilizados os recursos públicos. Sustentando-se na perspectiva que trata bem cultural

como mercadoria de consumo de massa, os formuladores do modelo das LI defenderam a substituição do Estado pelo que julgavam ser equilíbrio resultante da mão invisível do mercado cultural. Assim, o Estado cedeu sua função promotora de ações culturais à iniciativa privada e, simultaneamente, retirou de si essa responsabilidade relegando as instituições públicas existentes a severos cortes de verbas e, os equipamentos, ao sucateamento.

Ainda de acordo com os dois autores anteriormente citados, nos dois mandatos do governo Lula o modelo das LI foi conservado. A ele acrescentou-se o que ficou denominado como política de editais. No contexto da política de editais, o argumento que se apresentava incidia sobre expansão das políticas públicas para além dos interesses das grandes empresas; daí, a elaboração de um modelo de fomento direto a pequenos e médios projetos. A “política de editais” voltados para projetos dessas dimensões e conduzida pelo Ministério da Cultura (MinC) promoveu a transferência de recursos que beneficiou a um grande número de propostas de cunho cultural e, paralelamente, instituiu processos de contratação de avaliadores para julgamento do mérito dos projetos, em uma ação que evidencia um paralelo entre a política de editais e o modelo das Leis de Incentivo.

Analisando esse período, Silva e Dutra (2012) pontuam que em tal contexto, o papel do Estado assemelhou-se e restringiu-se à prática de seleção de projetos segundo critérios formais de proposição e à fiscalização da execução dos planos de trabalho. Dessa forma, os autores sublinham que ambas as dimensões da atuação do Estado, nos dois mandatos do ex-presidente Lula, promoveram projetos pontuais que, por um lado, revelam um caráter de descontinuidade e por outro, o Ministério da Cultura apresentou nesse período, uma característica diferenciada ao adotar a perspectiva de uma identidade nacional pautada na demonstração de uma pluralidade que abriga múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais, entre outras.

O Ministério da Cultura, no que tange à política de editais, modificou, em parte, a orientação das políticas públicas de cultura. Após a posse da presidenta Dilma Rousseff entretanto, fora mantida a mudança fundamental iniciada no período administrativo de Lula, ou seja, a pluralização da questão identitária e tal concepção reafirmou o interesse do Estado em contemplar, em seus campos de intervenção, atores e grupos antes não reconhecidos como o das culturas populares, populações tradicionais e culturas subalternas.

O turismo neste processo

A política brasileira de proteção ao patrimônio revela uma estreita relação com a política nacional de turismo e uma concepção acerca desse fenômeno cujas raízes remontam à década de sessenta do século XX quando a Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN) emite para a UNESCO, um pedido de assistência técnica em decorrência dos sérios problemas econômicos que encontrava para promover a proteção e manutenção de conjuntos bens arquitetônicos patrimonializados ou de valor monumental, tais como as cidades históricas de Ouro Preto (MG), Olinda (PE), São Luiz (MA) entre outras.

A assistência fornecida pela UNESCO, de acordo com Pereira (2016) incidia em uma forma de cooperação técnica na qual um especialista em patrimônio era contratado pelo referido órgão internacional e enviado ao país alvo da assistência, com a finalidade de promover recomendações a partir das análises

realizadas. Nesse processo, o resultado era um estudo em formato de diretrizes pedagógicas e técnicas que os países poderiam seguir com vistas à proteção e manutenção de seus patrimônios. A autora anteriormente citada destaca que as “missões da UNESCO”, como ficaram conhecidas essas viagens com fins de assistência técnica, tinham ainda um caráter de difusão de uma determinada concepção que remonta à associação entre cultura e desenvolvimento econômico.

A assistência técnica em pauta veio no bojo do Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas aos Países Subdesenvolvidos, projeto instituído em 1950 que, no âmbito da cultura, ganhou força na década de 1960 quando a UNESCO passou efetivamente a atrelar a cultura ao desenvolvimento, sendo que no caso do patrimônio, esse processo tem seu ponto de partida na denominada “Campanha da Núbia”, evento ocorrido por solicitação do Egito e do Sudão com intuito de promover a salvaguarda dos monumentos da região da Núbia, que estavam em perigo, em decorrência da construção da represa de Assuan que inundaria toda a região. A assistência técnica incidiu sobre a prestação de serviços relativos à elaboração de registros, fotografias e inventários dos bens, assim como a desmontagem dos bens e sua transferência para lugares seguros. (NUNES, 2011)

Pereira (2016) registra que a Campanha da Núbia atuou como um divisor do pensamento acerca do patrimônio no âmbito da UNESCO, tendo em vista que neste processo percebeu-se que a técnica poderia colaborar com o sucesso da salvaguarda e que o risco da perda. Conforme menciona Gonçalves (2003), havia despertado a atenção do público que passou a visitar o local. Nesse contexto, integra-se a conservação do patrimônio e o turismo, ocasionando a inserção deste em programas, projetos e planos pensados na perspectiva de retorno dos investimentos e dos custos que a manutenção técnica destes bens acarreta.

Leal (2008), Correa (2015) e Aguiar (2016), demonstram que no referido período, a UNESCO passou a estimular a preservação de bens e patrimônios culturais através da atividade turística. Assim sendo, o turismo é percebido como a atividade capaz de conservar o patrimônio e, em especial, o dos países classificados como subdesenvolvidos e a ser estimulado por meio do denominado turismo cultural, cujas premissas eram difundidas nas missões realizadas pelos técnicos contratados pela UNESCO nos processos de assistência técnica.

No Brasil, a assistência técnica deu-se pela missão chefiada por Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, que aqui esteve nos anos de 1966 e 1967 e produziu um relatório de viagem e inspeção do patrimônio histórico nacional intitulado “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico”. A visão de Michel Parent reproduziu os inúmeros debates ocorridos naquela década, reletindo a concepção que o turismo vinha recebendo como atividade de promoção, desenvolvimento e sustento do patrimônio cultural.

Quando a política nacional de cultura passou a refletir uma noção distinta da associação dessa como restrita ao patrimônio material e especialmente, o arquitetônico e artístico, foi possível perceber que paulatinamente o Estado cedia sua função promotora de ações culturais à iniciativa privada, retirando de si tal responsabilidade. Paralelamente aos grandes grupos de “promotores culturais”, constituídos em muitos casos a partir de parcerias público-privadas; emergiu o empreendedorismo de distintos grupos sociais que viram na pluralização da questão identitária a possibilidade de empoderamento cultural e de reivindicação de memórias. É neste contexto que se busca verificar como o turismo é acionado, pois se antes era associado ao

desenvolvimento e a sustentação econômica do patrimônio, as parcerias entre o poder público e a iniciativa privada revelam em projetos urbanísticos denominados de revitalização, aspectos que vão além dos até então associados ao turismo. Assim sendo, passamos para a próxima seção onde será apresentado o caso da revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro.

Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro: do abandono à atração turística

Oliveira (2018) coloca que a Zona Portuária, localizada na parte central da cidade do Rio de Janeiro foi socialmente construída a partir do comércio de negros escravizados ainda na época do Brasil Colônia. Ali desembarcou, no denominado Cais do Valongo, o maior quantitativo de escravizados da América do Sul. O comércio escravagista alimentava todos os negócios existentes no entorno do referido Cais e, embora a prosperidade financeira desse comércio, a região, de forma inversa, era percebida como inóspita, insalubre, insegura e feia.

Durante o Primeiro e o Segundo Reinado, em decorrência do porto, a região obteve expressivo crescimento populacional, pois antigos escravizados e pessoas em situação econômica precária lá se concentravam, justamente para negociar suas forças de trabalho nos distintos comércios que ali existiam. Essa população dependia de moradia nas proximidades e, como a oferta era precária, houve proliferação dos denominados cortiços⁵. Tais habitações denunciavam as condições de vida de uma parcela da população da Cidade que nesse contexto, tornavam-se estigmatizados por serem associados à desordem, vadiagem, malandragem, prostituição, roubos e vícios. Paralelamente, epidemias se agravavam com o problema de abastecimento de água e insuficiência do saneamento público.

A elite carioca almejava identificar a Cidade aos ideais de “civilização” europeus e assim, requeriam mudanças e intervenções na sua estrutura urbana. O clima de insatisfação favoreceu a narrativa construída em prol da modernização e progresso que permearam os anos seguintes à Proclamação da República. Nesse contexto, justificou-se a necessidade e a urgência em remover o que era interpretado como as “causas dos problemas sociais” de então, ou seja, os cortiços e seus moradores. Essa medida era a desejável para sanear a Cidade e empreender as intervenções urbanas que tornariam o Rio de Janeiro “civilizado”.

Nesse cenário empreendeu-se a reforma urbanística que ficou conhecida como política do “bota a baixo”, ocorrida na gestão do prefeito Pereira Passos entre os anos de 1902 e 1906. A política do “bota a baixo” ao demolir os cortiços não apresentou opções que atendessem às demandas dos moradores no que a tange à permanência em locais próximos ou na mesma região. Dessa forma, muitos se dirigiram para locais afastados do centro da Cidade e outros tantos, passaram a residir nos morros da região, dando origem a algumas das mais conhecidas e antigas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Oliveira (2018) conclui que o conjunto de reformas adotado pela gestão de Pereira Passos pautou-se na repressão e aterramento de elementos materiais relacionados à memória da escravidão em um espaço onde se concentra boa parte dos referenciais dos escravizados e seus descendentes. A autora afirma ainda que, embora os vestígios materiais tenham sido encobertos, a memória permaneceu e esta, foi politicamente atrelada ao estigma social que caracterizou a

5 Habitações configuradas em pequenos quartos em construções coletivas que não ofereciam condições salubres de moradia exatamente por não haver número suficiente de sanitários, ventilação adequada, acesso fácil, entre outros itens comuns as residências.

região por várias décadas do século XX.

Atualmente, a Zona Portuária compreende a extensão dos Bairros Santo Cristo, Gamboa e Saúde e parte dos Bairros São Cristóvão, Centro e Cidade Nova. Juntos, os Bairros mencionados totalizam uma área total de cinco milhões de metros quadrados, ocupados por uma população de, aproximadamente, vinte e dois mil moradores que ocupam o vigésimo quarto lugar no ranking das trinta e duas regiões administrativas no que tange ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo um dos menores do Rio de Janeiro. A baixa densidade reflete o estigma, abandono e a precariedade de serviços públicos de infraestrutura urbana; em contrapartida, sua relevância histórica e memorial, somada à privilegiada localização, dada a proximidade de aeroportos, acessos rodoviários e acesso à zona sul⁶ da Cidade. Não por acaso, esse contraste ganha destaque em um contexto de produção urbana voltada para um momento em que a Cidade estaria no foco internacional por sediar grandes eventos.

Nos anos 2000, a cidade do Rio de Janeiro passou a sediar uma série de eventos de cunho esportivos e culturais. No bojo desse processo fica evidenciada a associação entre cultura, patrimônio e turismo, pois se justifica uma série de obras e intervenções na infraestrutura urbana em prol da recepção do público em tais eventos. O Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro (2009-2012) intitulado “Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo” exemplifica tal associação.

Com forte relação à noção de futuro, o plano “Pós 2016 – O Rio mais integrado e competitivo” apresenta uma construção em quatro dimensões: social, econômica, ambiental e política; sendo o objetivo, a construção da “Cidade Olímpica”. A noção de “Cidade Olímpica” está relacionada à produção de aspectos simbólicos e materiais que recaem na produção de novos contornos no âmbito da identidade da Cidade do Rio de Janeiro e do carioca. Nesse contexto de produção identitária, a região do Cais do Valongo emerge como questão e, esta, se insere nas diretrizes constantes no projeto “Porto Maravilha”, uma das trinta e sete iniciativas estratégicas elaboradas no bojo da construção simbólica e material da “Cidade Olímpica” (OLIVEIRA, 2018).

Molina (2013) destaca que o projeto Porto Maravilha se insere no movimento deflagrado em diversos países que debateram acerca da atribuição de novos significados a zonas portuárias. Segundo o autor anteriormente citado, tal discussão consiste em um dos principais temas do urbanismo contemporâneo e preceitua o deslocamento de eixos de centralidade, objetivando valorização patrimonial, através da ativação do mercado imobiliário, ressignificação do patrimônio material da região e a consequente produção de um novo espaço turístico, sendo incluído nesse, novos espaços de entretenimento e lazer cultural.

O lazer cultural ou atividades culturais implantadas em tais espaços são, conforme afirma Pio, percebido pelo poder, assim como pela opinião pública, como “[...] aspecto central e determinante do sucesso da revitalização econômica e social de espaços urbanos ‘degradados’” (2013, p. 10). Assim sendo, no projeto do Porto Maravilha é possível observar que além da preservação dos bens culturais patrimonializados ou não, a construção de novos equipamentos culturais funcionou como chamarizes modernos e inovadores, provocando uma narrativa convidativa entre passado, presente e futuro.

O plano para revitalização da Zona Portuária foi instituído buscando, desde o início, se colocar como

6 A Zona Sul da Cidade do Rio de Janeiro compreende os bairros que possuem os maiores IDHs da Cidade e que são nacional e internacionalmente conhecidos por serem, em sua maioria, lugares turísticos, como por exemplo: Copacabana, Ipanema e Leblon.

instrumento de resgate de algo supostamente perdido e que deveria ser protegido. A narrativa que veio a compor esse contexto, afirmava que o valor histórico local estaria sendo desperdiçado, uma vez que o espaço encontrava-se abandonado por anos, e sem intervenções a seu favor, o seu desenvolvimento econômico e social ficaria estagnado. Dessa forma, o conjunto de setenta e seis bens tombados⁷ quer pela esfera municipal, estadual ou federal que compõe a região portuária e alvo do Projeto Porto Maravilha, passaram por processos de recuperação, como obras de restauração e desterramento⁸.

Nesse processo, a produção do passado é bem explicada por Huyssen (2000) ao demonstrar que as sociedades atuais perderam a certeza em um futuro fruto do desenvolvimento e do progresso e assim, volta-se para um passado recente, fortalecendo uma “cultura da memória”. Tal processo, segundo Huyssen (Idem), é influenciado pelos meios de comunicação que assumem papel preponderante na espetacularização que favorece a comercialização da memória. A memória, assim como os vestígios materiais, reifica o passado que direciona políticas culturais.

No contexto de produção da atual Zona Portuária, os vestígios do passado foram inseridos no projeto Porto Maravilha através do programa Porto Maravilha Cultural em uma associação clara à uma política cultural que se insere na perspectiva da parceria público-privada, objetivando servir à cidade como área de lazer e visitação pública, sob a narrativa da ampliação da agenda cultural e popularização do conhecimento.

Ao conjunto de bens representantes de vários contextos histórico-culturais foram agregados novos equipamentos culturais, tais como o AquaRio, o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã. O AquaRio é o maior aquário da América do Sul e, embora localizado na Zona Portuária, situa-se fora do espaço denominado Boulevard Olímpico. O MAR inaugurado em 2013 e o Museu do Amanhã, dedicado às Ciências, inaugurado em 2015, foram inseridos no processo de revitalização da região, conforme mencionado no projeto oficial, como sendo as “âncoras” do processo (PORTO MARAVILHA, 2014, p. 15). Localizados no Boulevard Olímpico, destacam a paisagem produzida pelo redesenho da nova frente marítima da cidade.

Herkenhoff (2012) discorre sobre o papel dos dois museus no contexto da revitalização da zona portuária e defende que a cultura deve refletir e focar seu discurso nas relações entre o local e o global. Para o autor, as cidades não se tornam globais sem projetos para a cultura e tais projetos tem que ser tratados como oriundos do coletivo local. Nessa perspectiva fica evidenciada uma concepção de cultura que ilumina os contornos das políticas culturais e quando atreladas aos projetos de intervenção urbanística, tal qual o que deu origem a atual Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro. Essa concepção de cultura envolve a reintegração de espaços tradicionais à contemporaneidade, valorizando-os de forma a atender, também, à lógica econômica dos novos tempos, na qual o turismo tem papel intrínseco. O turismo, além de ser uma atividade econômica, atua neste processo como instrumento que visibiliza o passado como elemento do “novo”.

7 Entre igrejas, casarões, galpões, palacetes e demais tipos de edificações.

8 Um exemplo é o Cais do Valongo que foi soterrado por ocasião da reforma empreendida no início do século XX.

Boulevard Olímpico: consolidando uma política cultural através do turismo

Boulevard Olímpico



Fonte: Disponível em <https://rederiohoteis.com/visitar-boulevard-olimpico/>

Boulevard Olímpico é a denominação pela qual ficou popularmente conhecida a Orla Guanabara Prefeito Luiz Paulo Conde. O espaço constitui-se em um passeio público⁹ que se estende por cerca de 3 km da nova Zona Portuária, após as obras resultantes do projeto Porto Maravilha e que, em agosto de 2016, tornou-se um dos principais locais dos eventos que estavam acontecendo na cidade do Rio de Janeiro, paralelamente aos jogos olímpicos e paraolímpicos.

Desde 2007, a cidade do Rio de Janeiro foi sede de megaeventos, tais como, o Panamericano (2007), a Rio +20 (2012), a Jornada Mundial da Juventude (2013), as Olimpíadas e Paraolimpíadas (2016), e foi uma das cidades sede da Copa do Mundo de 2014. Em termos de projetos de revitalização, chama à atenção a relação entre os eventos anteriormente citados e a escolha da Cidade para sediá-los, pois no ano de 2001, foi lançado o Plano de Revitalização do Porto do Rio, sendo que no ano seguinte a cidade foi escolhida para sediar os jogos de 2007. Em 2006, no entanto, o Brasil já havia sido escolhido para sediar a Copa do Mundo de 2014. Encerrando a coincidente cronologia, no mesmo ano do lançamento do Projeto Porto Maravilha em 2009, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. Dessa forma, os megaeventos atuaram como motivadores da implantação de políticas de reconfiguração do espaço urbano, inserindo-se nesses processos de revitalização de espaços degradados e com funcionalidade.

Freitas afirma que os “[...] megaeventos têm se transformado em uma das importantes receitas turísticas do Brasil, tanto na área de entretenimento e lazer como também nos diversos campos dos negócios” (2011, p. 1). Entre os “diversos campos dos negócios” que o autor menciona, podemos incluir projetos voltados para a adequação da estrutura urbana à recepção dos visitantes. No caso do projeto Porto Maravilha a reconfiguração urbana foi planejada pautando-se na produção de equipamentos culturais atrelados à proposta de retirar do ostracismo uma região até então marginalizada, promovendo o local à condição de atração, daí ser agregado e previsto em tais projetos todo um planejamento de indução e manutenção de um fluxo de visitantes. De forma complementar, o turismo garante a visibilidade dos bens e equipamentos culturais.

⁹ Passeio público vem a ser um espaço livre de interferências, destinado à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas.

O processo de produção da nova Zona Portuária culminou em uma nova imagem da região, presente agora no imaginário da população do Rio de Janeiro, após a eficiente massificação midiática obtida pela exposição dos megaeventos ocorridos na Cidade desde 2007. Esses eventos participaram da constituição da identidade da Zona Portuária tanto quanto a própria intervenção, pois afinal, a região ficou conhecida como Boulevard Olímpico e não Boulevard Maravilha.

A idealização dessa nova imagem da região, utilizando elementos do passado para produzir o novo, transformou as áreas históricas em “[...] metáforas de uma nova cidade que se quer construir” (PIO, 2013, p. 9). Esse processo é refletido ideologicamente nos discursos propostos pelo próprio projeto, no qual pontuam que “uma nova cidade está nascendo” (PIO, 2013, p. 9). A fala do então presidente da Embratur, Mário Moysés, afirmando que com os eventos o Rio se transformaria em uma das cinco cidades mais importantes do mundo para visitação turística, endossa o que Castro e Freire-Medeiros colocam “[...] a intenção parece ser substituir a imagem gasta de paraíso tropical pela de cidade emergente e moderna, rica em diversidade cultural” (2013, p. 31).

Sendo assim, as narrativas construídas pelas políticas públicas destinadas a espaços socialmente estigmatizados e funcionalmente ociosos — como era a Zona Portuária antes da intervenção urbana propiciada pelo projeto Porto Maravilha —, quando associadas a eventos de cunho turístico de grande porte, favorecem a consolidação de imagens que se deseja atrelar a determinado espaço, configurando assim, um processo que também é de turistificação¹⁰. Ao refletir sobre este e a construção de uma natureza turística, Castro afirma:

[...] envolve a criação de um sistema integrado de significados por meio dos quais a realidade turística de um lugar é estabelecida, mantida e negociada, e tem como resultado o estabelecimento de narrativas a respeito do interesse que a cidade tem como destinação turística (CASTRO, 2001, p. 119).

A construção da nova identidade da Zona Portuária recorreu a elementos específicos do passado, à construção de novos equipamentos culturais e uma narrativa de reafirmação da “natureza turística” da Cidade. Para tal, utilizou-se de toda uma política de ordenamento urbano atrelada a uma política cultural que visou reforçar no presente, sentimentos de pertencimento, sendo a referência ao passado uma forma de manter certa coesão social. Os bens materiais restaurados e os desterrados, juntamente com a construção do Museu do Amanhã e do Museu de Arte do Rio, fazem parte dos elementos materiais que dão suporte à construção de uma nova memória ao condensar histórias diversas para conviverem juntas no presente, sobrevivendo através do tempo dentro da nova imagem denominada Boulevard Olímpico.

Considerações finais

A trajetória do conceito de políticas culturais demonstra um dinamismo que abarca aspectos e desdobramentos que tornam passíveis de identificar o quanto essa noção tem organizado discursos, contribuído para a ampliação de valores acerca do que é entendido como cultura e, por fim, justificado intervenções no âmbito do planejamento urbano. Nessa perspectiva, as políticas culturais ganham cada vez mais relevo nas novas tendências de adequação à economia pós-industrial, nas quais os investimentos no viés econômico da cultura assumem condição estratégica. Insere-se nessa lógica, o processo de revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro.

10 Processo de produção de lugares para a prática do turismo.

Para além da dimensão econômica desta atividade, é necessário entendê-la como fenômeno que, na atualidade, conforme pontuam Pereiro e Fernandes (2018), alcança contornos que a particularizam enquanto fenômeno sociopolítico de potente dimensão e função pública reconhecida e pautada em distintos níveis de políticas culturais e políticas de planejamento urbano. Esse novo lugar do turismo decorreu da percepção da atividade enquanto elemento capaz de divulgar e fortalecer uma imagem que se pretende apresentar. Nesse sentido, percebe-se que há uma agenda pública e política para o entrelaçamento entre turismo e cultura, de forma que projetos urbanísticos, por exemplo, são elaborados conjugando o turismo com políticas de preservação de patrimônio e de divulgação de uma memória que se deseja difundir. Nesse contexto, o turismo pode assumir contornos de um discurso ideológico tal como coloca Amirou (2007) ao afirmar que esse é uma ideologia no sentido de ser um conjunto de ideias sobre o mundo.

O turismo quando analisado em concomitância com as políticas culturais, evidencia seu caráter de instrumento sociopolítico, pois carrega em si muito mais do que o aspecto econômico, tendo em vista que fornece a base para a divulgação e circulação de “ideologias” que caminham de acordo com base da política cultural eleita por ocasião de construção de um projeto de intervenção urbana.

Referências

- AGUIAR, Leila Bianchi Aguiar. O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979). In: **Revista Anais do Museu Paulista – Estudo de Cultura Material**, São Paulo, 2016, p. 137-149. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/anaismp/index> >. Acesso em: 20 out. 2018.
- AMIROU, Rachid. **Imaginário turístico e sociabilidades de viagem. Vila Nova de Gaia: Estratégias criativas – APTUR**, 2007.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CASTRO, Celso. A Natureza Turística do Rio de Janeiro. In: BANDUCCI, ALVARO; BARRETTO, MARGARITA (Orgs.). **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica**. São Paulo: Papirus, 2001.
- CASTRO, Celso; FREIRE-MEDEIROS, Bianca. O turismo no Rio de Janeiro. In: CASTRO, Celso; GUIMARÃES; Valeria Lima; MAGALHÃES, Aline Montenegro (Orgs.). **História do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- CORREA, Raphaela Maciel. **Turismo cultural no Brasil: uma abordagem histórica à luz de Michel Parent (1966-1967)**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- FREITAS, Ricardo Ferreira. **Rio de Janeiro, lugar de eventos: das exposições do início do século XX aos megaeventos contemporâneos**. XX Encontro da Compós. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R; CHAGAS, M.(Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 25-34.
- GONÇALVES, José Reginaldo. **A Retórica da Perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- HERKENHOFF, Paulo. O novo ciclo da cultura do Rio de Janeiro: razões para entusiasmo. In: Cenário Cultural Brasileiro: economia, gestão e sociedade. **Revista Cadernos FGV Projetos**, 2012, p. 32-43. Disponível em: <<https://fgvprojetos.fgv.br/publicacao/cadernos-fgv-projetos-n-19deg-cenario-cultural-brasileiro-economia-gestao-e-sociedade-0>>. Acesso em: 20 out. 2018.

- HOSBAWN, Eric.; RANGER, Terence. (Orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HUYSSSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9-40.
- LEAL, Claudia Baeta (org). **As Missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent**. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: IPHAN CoPEDoC, 2008.
- LIMA, Luciana Piazzon Barbosa; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir. **O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura**. In: IV Seminário Internacional de Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2013.
- MOLINA, Fábio Silveira. **Mega-eventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: da “Paris dos Trópicos” à “Cidade Olímpica”**. 2013. Tese de Doutorado em Geografia. Universidade de São Paulo, 2013.
- NUNES, Rosiane da Silva. **Unesco: patrimônio cultural imaterial e sociomuseologia**. Dissertação de Mestrado em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2011.
- OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Memória e Identidade em processos de turistificação de lugares: o caso do Cais do Valongo (RJ/Brasil). In: **Revista Patrimônio e Memória** (UNESP), 2018, p. 49-74. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/29/showToc>>. Acesso em: 20 nov. 2018
- PEREIRO, Xerardo; FERNANDES, Filipa. Antropologia e Turismo: Teorias, métodos e praxis. **PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. IV Colección PASOS Edita, 2018. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita20.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da Noção de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil. In: **Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, Programa de Pós-Graduação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, n. 3. 2006, p. 4-14. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44654>>. Acesso em: 30 out. 2018.
- PIO, Leopoldo Guilherme. Novas tendências na revitalização de áreas “históricas”: o caso Porto Maravilha. IV Seminário Internacional Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2013.
- PIO, Leopoldo Guilherme. Cultura, Patrimônio e Museu no Porto Maravilha. In: Revista Intratextos, 2013. p. 8-26. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/viewFile/8565/7024>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- PORTO MARAVILHA. Disponível em: <<http://portomaravilha.com.br/>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- RIBEIRO, Cecília Pereira. **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil**. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- RIBEIRO, Cecília Pereira. Que tinha a Unesco a ver com desenvolvimento econômico? In: **Revista Arquitextos**, 2016, [s/p]. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5953>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- RUBIM, Antônio Albino Canela. Políticas culturais e novos desafios. In: **Revista Matrizes**. Vol. 2 N. 2. 2009, p. 93-115. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/issue/view/3171>>. Acesso em: 30 out. 2018.
- SILVA, Regina Helena Alves da; DUTRA, Roger Andrade. **A agenda transnacional da UNESCO e as políticas públicas de cultura do MinC (2003-2010)**. In: III Seminário Internacional de Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2012.
- VELLOSO, Monica Pimenta. **As tradições populares na Belle Époque Carioca**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1988.

Recebido em 29/11/2018.

Aceito em 30/12/2018.